

brutalidade terrível,
no público e ocor-
rassim alertando
as próprias auto-
s para que esse

foi muito difícil, per-
nelar e em dezembro
gnóstico certo e final:

na peró-

co

Deu

nato

DOSSIÊ CAXIAS:
maternidades maltratando
mulheres e bebês causam
até mortes!

que eu

F036
ex 2
A-02

DOSSIÊ CAXIAS:
maternidades maltratando
mulheres e bebês causam
atê mortes!

Começo aqui, um relato do que me ocorreu em 1983 na Casa de Saúde e Maternidade Jardim Primavera Ltda, em Caxias. Fui vítima de uma brutalidade terrível, e agora posso tornar público o ocorrido, quem sabe assim alertando possíveis vítimas e as próprias autoridades competentes para que esse fato não se repita.

A minha gravidez foi muito difícil, pois era uma gravidez gemelar e em dezembro de 82 foi dado o diagnóstico certo e final: a minha placenta era prévia, aumentando assim o risco para mim e para os bebês. A Dra. que acompanhava o meu pré-natal, disse que eu teria que fazer cesariana, e que se eu chegasse até o sétimo mês de gestação me operaria. Acontece que no dia 12 de fevereiro de 1983 eu comecei a sentir pequenas contrações e o sangramento começou bem fraco. Fui para a Casa de Saúde e chegando lá, o médico que estava de plantão era o Dr. Hélio Bulhões. Ele me medicou e mandou que eu deitasse e ficasse relaxada; isso deveria ser umas 11 horas da manhã. Quando foi 12 horas as contrações aumentaram e começou um sangramento terrível. Eu chamei por ele, e ele me examinou e disse que era assim mesmo. Eu dizia para ele que a minha placenta era prévia, que eu estava completando 7 meses naquele dia, que ele me operasse. Só sei que fiquei sozinha em um quarto, perdendo sangue sem parar (no soro). Ele vinha, me olhava da porta do quarto e saía. Eu estava apavorada, as minhas unhas já estavam roxas, meus lábios também, eu já estava perdendo toda força que me restava; até que um amigo meu que trabalha na casa de saúde (o Haroldo) subiu para ver quem era a paciente que estava grave, muito mal mesmo, assim que me viu, ficou desesperado e ligou para o Dr. João Alfredo, que é obstetra e anestesista. Ele veio e me operou junto com o Dr. Hélio. Isso já eram 17hs quando entrei na sala de cirurgia, sentindo minha vida por um fio. Às 17:09 horas nasceu o 1º gemelar e às 17:10 horas nasceu o 2º gemelar. Eu perguntei o que era e o Dr. Hélio falou que eram meninos, eu perguntei à enfermeira se estavam vivos e ela disse que não. Depois de alguns minutos que choravam, fraquinhos, foram levados para a encubadeira. Se vocês me perguntarem como eles eram, não sei, não me deixaram vê-los. Um morreu de madrugada dia 13/2 e o outro à tarde no mesmo dia 13 de fevereiro. Dos meus bebês só guardo a lembrança de quando foram tirados da minha barriga, cabeludinhos, iguais, sem diferença de um para o outro. O que restou disso tudo foi uma tristeza grande, doída, e dois óbitos. Um trauma e uma grande vontade de ver o responsável por isso pagar para que não haja outras vítimas.

Com esse depoimento, começamos a revelar a triste realidade do atendimento às mulheres nas maternidades particulares conveniadas ao INAMPS, em Duque de Caxias, lesando direitos básicos de saúde e dignidade feminina. Oito depoimentos estão aqui registrados, graças à coragem das mulheres em trazer suas histórias, através da Comissão de Mulheres do MUB e do Conselho Comunitário de Duque de Caxias para esta Comissão de Direitos da Reprodução da ALERJ. São oito histórias que dão vida e emoção à frieza dos números do IBGE que registram em Duque de Caxias que o maior índice de mortalidade infantil em menores de 1 ano de idade, origina-se de situações ou doenças adquiridas no período peri-natal, isto é, no ventre materno, após o 7º mês de gestação, por ocasião do parto ou até 7 dias após o nascimento. Este índice é de 30,7%. Em cada 100 crianças menores de 1 ano que morreram, 30 morrem por desatenção no pré-parto, parto ou pós-parto! E em cada 1000 crianças que nascem vivas, morre 1 mãe. Isso significa que a taxa de mortalidade materna em Caxias é caso de calamidade pública. **Não se morre de parto quando se é bem atendida.**

Até quando esses crimes e violências permanecerão encobertos e resguardados por uma ética hipócrita e um poder médico impune?

Acreditamos que começa a haver um basta ao maltrato às mulheres que procuram as maternidades. Começa a tomar corpo e a ficar visível essa luta — a fala da mulher saiu da clandestinidade. Estes depoimentos e toda a rede de solidariedade e ação que está sendo formada são provas disso. No dia 16 de março de 1986, no Encontro de Mulheres de Caxias, denominado "Fala, Mulher" que contou com a presença de 200 mulheres de vários bairros de Caxias e de municípios vizinhos também foram apresentados vários depoimentos de mau atendimento às gestantes e parturientes.

A estes atos de denúncias, se seguiu um acompanhamento da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do próprio INAMPS, na sua administração atual.

A questão das maternidades não esgota as irregularidades dos serviços médicos credenciados pelo INAMPS em Duque de Caxias, conforme outro dossiê apresentado pelo Conselho Comunitário de Saúde. Em Caxias, a atenção à saúde da população é uma ficção: dos oito postos de saúde estaduais, sete estão desativados, havendo apenas dois hospitais municipais, quatro postos do INAMPS e mais trinta casas de saúde particulares conveniadas (estas que citamos nos depoimentos e outras)

com nenhuma qualidade de atendimento, deixando a população desassistida, insegura, sem escolha e com riscos de vida permanente.

Defendemos com vigor a maternidade como opção de vida, como momento de saúde da mulher. O pré-parto, parto e pós-parto, como um processo de trabalho feminino, reprodução de vida. Aqueles que criam obstáculos nesse processo, natural e saudável, favorecendo a mortalidade da mulher ou do bebê, são criminosos de alta periculosidade e violência.

Precisamos de fôlego e coragem para ler as denúncias que se seguem; que elas sejam do conhecimento de todas as pessoas e entidades e grupos que respeitam a vida humana.

Comecei o pré-natal quando ia fazer 3 meses de gravidez, na Maternidade Jardim Primavera com o Dr. Robinson José A. da Silva. Quando iniciei o pré-natal ele me disse que a data do parto devia ser final de março ou início de abril. No dia 28 de fevereiro de 1985, eu fui lá na maternidade para uma consulta comum de pré-natal e, quando cheguei lá, ele disse que eu ia ter o bebê naquele dia. Cheguei lá às 10 horas, mais ou menos. Ele falou: "não vai dar tempo de você ir em casa porque o bebê vai nascer". Ele só me deu o toque, foi o único exame que fez e também apalpou a barriga. Não ouviu o coração do bebê; chamou a enfermeira e mandou que ela me aprontasse. Eu subi e ele falou para minha cunhada que por volta de 2 e meia ou 3 horas ia ter gente nova na casa. Eles me prepararam, me colocaram no soro e me deram uma injeção. Às 2 e meia, quando minha sogra e minha cunhada chegaram, a enfermeira disse a elas que só ia nascer o neném de noite pois eu só estava com 2cm de dilatação. Fiquei à tarde toda no soro e não sentia contrações, sentia uma dor direta. Às 7:40 da noite, o Dr. Robinson me levou para a sala de parto. Lá na mesa ele me deu toque de novo e disse que era para aquela hora. Falou que ia me dar uma ajuda, porque a criança não nascia. Foi, apanhou aquela concha de ferro e colocou dentro e começou a tentar puxar a criança: 1ª, 2ª, e só na 3ª vez é que conseguiu arrancar ele. Eu pensei que ele ia me arreentar toda. Na hora, apesar de toda a dor que eu estava sentindo, consegui ver quando ele deu aquele arrancão, eu não estava aguentando, a dor foi tanta que parecia que ia revirar tudo por dentro, mas eu me levantei, vi que era um menino, mas não deu para eu reparar se estava machucado porque o menino estava todo sujo. Ele falou para mim que era um garotão, estava com saúde, que era forte. Quando meu marido subiu, ele queria ver o neném, mas o médico disse que não podia, que ele ia ver o neném no dia

seguinte, sexta-feira, que era um garotão e estava com saúde. Ele insistiu e o médico falou que ele estava querendo demais, e que só podia deixar ver no dia seguinte. No dia seguinte, eles transferiram o menino para o Somical. De manhã, minha sogra foi para lá para saber se eu estava precisando de alguma coisa, que ela iria comprar umas coisas para o bebê. Chegou lá e o rapaz da portaria falou: "seu netinho está muito mal, é grave, foi para o Somical". Quem veio falar comigo foi a enfermeira que meu filho tinha sido internado, porque pela boca do médico eu não fiquei sabendo não. Quando cheguei no Somical, o menino estava cheio de lesões, a testinha machucada, as costas... Ficou dois meses e sete dias no Somical. Lá no Somical, a Dra. Cristina e a Dra. Célia falaram que ele era prematuro (falaram para a minha sogra). Falaram que faltavam 39 dias para ele nascer. A Dra. Cristina falou isso para minha sogra logo que ela chegou lá. Ele não se mexia, não sugava; ficou 22 dias no CTI. A Dra. falou também que se ele sobrevivesse, ele seria uma criança retardada. Logo que ele foi no dia seguinte ao parto, 19 de março, para o Somical, ele ficou 27 dias, deram alta e ele ficou 5 dias em casa e voltou a ser internado; voltou para o CTI, até o dia 7 de maio e aí faleceu, no Somical mesmo. Aí essa segunda vez, ficou lá mas, com médico particular, com junta médica, tendo tudo que precisasse mas não houve jeito. A gente tentava brigar com os médicos, mas os médicos diziam que não era culpa deles, que era uma criança prematura, que já era devido ao parto, que eles estavam fazendo tudo mas não adiantava.

depoimento de C.C.M. — Casa de Saúde e Maternidade Jardim Primavera, sobre o atendimento ocorrido em fevereiro de 1985.

Fui para a consulta normal. Cheguei lá ele disse: "Você já está com 9 meses?" Eu disse: "Completo amanhã." Ele disse: "Talvez você vá ficar internada hoje". Eu disse: "Não, doutor! Não estou sentindo nada, nenhum sinal." Me mandou tirar a calcinha, fez exame, apalpou a barriga e depois disse para a enfermeira: "Essa vai ficar; mais uma pra gente. Está com 3 centímetros de dilatação." Falou: "Está com o 'não sei o quê' mole". Acho que foi o colo do útero. Comecei a chorar. Ele disse: "O que é isso?" Falei: "Não estou sentindo nada. Eu tenho que sentir alguma coisa para ficar internada." Mamãe ficou nervosa; disse: "É assim mesmo." Ele dizia: "Você vai ter seu bebê hoje." Eu falei: "Vou em casa falar com meu marido." Ele disse: "Não dá tempo porque já está com três centímetros de dilatação". Comecei a ficar nervosa. Mamãe dizendo: "Fique, você vai ficar feliz, eu vou buscar as roupas." Aí eu fiquei sem saber o que fazer e resolvi ficar. Me botaram no soro. Aí veio o meu

marido. Já estava lá embaixo pedindo ao médico para entrar; e ele disse que não, porque havia mulheres despidas. O médico trancou a casa de saúde. O médico, quando subiu não disse que ele tinha estado lá. Meu marido começou a assoviar para mim para eu responder. Aí, eu nervosa, não respondi com medo do médico aparecer. Aí ele subiu na janela e perguntou: "Tudo bem?" E eu disse: "Tudo bem", achando que tava ali no soro mas as contrações iam vir logo. Ele falou: "Eles estão induzindo teu parto?" Fiquei sem saber o que responder, com medo da reação dele porque ele é violento. Mas, resolvi falar que sim, mas que ia sair tudo bem. Mas ele disse: "Então, pelo amor de Deus, não deixe, saia daí!" Aí, eu chamei a enfermeira: "Eu quero que você chame o Dr. Robinson". Ela foi chamá-lo. Chegou lá o doutor e perguntou: "Quem está me chamando?" Eu falei: "Sou eu." "Eu quem? Quê que você quer?", já impaciente. Eu respondi: "Quero ir embora!" "Filha, você está em trabalho de parto. Você vai ganhar o neném". Eu disse: "Eu sei, mas não vou ganhar esse neném hoje, eu não estou sentindo nada. Sei que o senhor vai induzir meu parto." Ele disse: "É o seguinte: seu marido está lá embaixo, perturbando o ambiente de meu trabalho, já brigou comigo. Eu estou fazendo o possível para antes das 8 horas da noite todas vocês já estarem com o bebê porque eu não gosto de fazer parto à noite. Você quer ir embora, eu tiro o soro e você vai, mas eu te dou teu cartão do pré-natal e teu pré-natal aqui acabou. Se você chegar ali embaixo e tiver esse neném eu não tenho nada com isso." Eu pensei: "Esse neném não vai nascer de repente; dá tempo de eu chegar nem que seja em Saracuruna..." Aí eu falei: "Tudo bem, pode tirar o soro. Eu quero ir embora." Ele chamou a enfermeira e mandou tirar o soro e me acompanhar lá embaixo. Vim embora para a casa. Aí pedimos carona a uma vizinha que tem carro para me levar na Casa de Saúde São José. Me atenderam de emergência. Eu expliquei tudo o que tinha acontecido. O médico tocou e disse que eu não estava com dilatação. Ele falou: "Teu colo não está com 'não o sei o quê', de fato, eles tentaram induzir teu parto." Perguntei se não tinha perigo de chegar em casa e passar mal. Ele disse que não. Eu vim para casa. Fui de novo na São José fazer uma consulta, uma semana depois. Expliquei tudo o que tinha acontecido. Ele falou que realmente tinham tentado induzir meu parto e que era um absurdo. Disse que eu estava com um dedo de dilatação e isso não queria dizer nada, que eu podia ganhar naquele dia ou até dali a duas semanas. Saí e andei em Caxias até às 7 da noite mas sentindo o bebê já pesando. Aí cheguei em casa pensando que ia dormir a noite inteira. À uma hora da manhã acordei com dúvida se era cólica ou dor de barriga. Aí, quis ir para casa de minha mãe e meu marido disse: "Vamos esperar para ver se é a contração". Eu me lembrei do que tinha aprendido no curso

pré-parto e resolvi esperar. Dali a algum tempo a dor veio de novo. Foi um espaço bem bom. Cheguei a cochilar. Aí começou a vir e meu marido começou a contar os minutos. Dessas eu não me lembro mais. Tava com muita alegria, com muita apavoração. Comecei a relaxar e respirar, às vezes não. Às três da manhã disse: "É contração mesmo. Vamos para a casa da mamãe". Aí fiquei lá e consegui relaxar. Às sete horas a dor tava só nas cadeiras, aí eu fui para a Casa de Saúde. Cheguei lá mais de oito horas. Quando cheguei, não estava sentindo nada, nem na barriga, nem nas cadeiras e fiquei pensando que era um alarme falso. Mas, como ela disse que já estava com dois e meio, fiquei lá. Aí a dor começou a vir. Comecei a fazer várias posições e a que me dei melhor foi de lado. Aí eu fiquei chamando os médicos toda hora. A Dra. Fernanda veio e furou minha bolsa; eu chamava a enfermeira para ficar comigo. Ela me sugeriu respirar fundo quando viesse a contração e eu fiz e foi uma beleza. Aí, foram chamar o médico. Veio Dr. Paulo, me fez o toque e mandou me levar para a mesa de parto. Andei até lá; perto da mesa de parto disse que estava com vontade de fazer cocô. Ele disse: "Bota ela depressa na posição que já vai nascer". Aí fiz uma força, não nasceu. Depois, fiz mais força e aí, nasceu!

depoimento de M.A.S.A. sobre atendimento ocorrido em dezembro de 1984, na Maternidade Jardim Primavera.

No dia 22 de agosto, de manhã, fui para consulta do pré-natal e fui atendida, como sempre, pelo Dr. Hélio Bulhões. Ele me fez toque e disse que era para eu ficar internada que eu ia ganhar o neném. Como eu tinha feito curso de gestante e sabia os sinais, falei que não era possível, que eu não sentia contrações, nem tinha perdido água, nem o tampão. Ele disse que se eu fosse para a casa o bebê nascia no caminho. Eu disse que não era possível, que precisava muito tempo de contrações para o bebê nascer. Ele disse que se não nascesse naquela manhã, nasceria de noite e talvez eu precisasse voltar para me internar de madrugada, que eu devia era ficar logo. Eu respondi que não me importava de voltar, se sentisse os sinais. Aí ele falou que se não me internasse naquele momento, ele não se responsabilizaria pela vida do meu filho. Resolvi ficar, mas pedi a uma vizinha para ir avisar meus pais. Ele mandou a enfermeira me preparar e botar no soro. Fiquei no soro e de tarde ele veio furar a minha bolsa e aí eu não deixei. Meus pais estavam chegando e como eu continuava sem sentir nada, disse que ia embora para casa de qualquer jeito, que ele estava querendo forçar meu parto. Meus pais me deram força e eu fui embora. Não deixei ele furar a bolsa porque eu sabia que se furasse, o

parto tinha que acontecer e como não estava com contrações, achei que ele ia terminar fazendo uma cesária. Apreendi que não se pode ficar de bolsa furada muito tempo, lá no curso. No dia 29, de manhã, senti contrações e fui à Casa de Saúde Saracuruna e uma médica me examinou e disse que eu estava com dilatação. Fui para casa, almocei pouco; começou a sair muito tampão, assim como um catarro. As contrações estavam de 30 em 30 minutos. Tomei banho. Fiz minha higiene e fui para a Casa de Saúde Jardim Primavera. Aí as contrações já estavam de 20 em 20 minutos. Me internei eram 3 horas da tarde. Lá me botaram no soro e na metade do vidro, as contrações já estavam de 10 em 10 minutos. Aí o Dr. Hélio rompeu a bolsa. Às 22 horas, as contrações estavam muito fortes. Às 22:45 min., o Dr. Hélio me levou para a sala de parto, me botou na mesa com as pernas para cima, naqueles ferros e saiu da sala; me deixou só com a enfermeira. Foi para uma sala perto ouvir música. Da sala de parto eu ouvia a música. Fiquei assim um tempão pois a menina só nasceu às 23:59 min. Eu sentia câimbra e falava para a enfermeira que não estava aguentando. No momento que ele veio me ver, eu disse que ou ele ajudasse o neném a nascer ou me tirasse daquela posição pois eu não estava mais aguentando. Ele falou que se eu tivesse pressa devia ter ficado internada na semana anterior quando ele disse para ficar. E foi embora ouvir música. Eu não aguentava mais. Ameacei que se acontecesse alguma coisa comigo ou com o neném, eu ia fazer algo. A enfermeira foi chamá-lo na sala ao lado. Eu ouvi ela dizer para ele vir, que eu era mãe de primeiro filho, estava ajudando, não estava gritando e o neném já tinha cercado várias vezes. Aí ele veio. Abriram o soro e o soro esvaziou rapidamente. Deu anestesia, e fez o corte. Eu estava fazendo força, estava difícil o neném sair. Ele disse que ia quebrar o osso. Eu disse que tinha vindo ganhar neném e não ficar aleijada. A enfermeira empurrou minha barriga, quase subiu em cima de mim e aí o neném nasceu. Eu pedi para botar ela em cima de mim. Ele disse: "Você ainda quer essa coisa toda suja em cima de você?" Mas botou ela em cima de mim, e como eu chorei abraçada com ela! Acho que o médico se vingou de mim, porque eu não fiquei no dia em que ele quis induzir o meu parto. Ele disse: "Você é culpada disso tudo que aconteceu porque não quis ficar aqui na semana passada. Se tivesse ficado, você não tinha sofrido o que sofreu." Mas não me arrependi do que fiz, pois minha filha poderia ter problemas se nascesse antes do tempo certo.

Comecei o pré-natal na Casa de Saúde Saracuruna em dezembro de 1982. Falaram que o neném era para o final de agosto. No pré-natal só mandaram fazer exame de sangue e mandaram tomar vitamina. Nos primeiros meses só apalpava a barriga, media e tirava a pressão. Até os quatro meses tiravam a pressão, depois não tiravam mais. Só voltaram a tirar a pressão quando fui lá passando mal. Com seis meses, perguntou se eu ia ligar. Eu disse que não, que era o primeiro neném. Antes disso, ele conversava mais, depois parou de conversar. O atendimento era rápido, mandava entrar, escutava o neném com um aparelho parecido com um tubo de esparadrapo, só que mais comprido, e passava vitamina; media e falava qu o neném estava miúdo, e mandava entrar outra.

Numa sexta-feira, dia 19 de agosto, comecei a sentir que a barriga estava ficando dura e mole, e fui lá para ele me examinar. O Dr. Sérgio, meu médico, me examinou. Escutou, mediu, fez toque e disse que não era para aquela semana. Voltei para casa. No domingo de madrugada estava sentindo muita cólica e fui lá. Aí, fizeram exame local. Acho que era um acadêmico; ele falou para a enfermeira para dar uma injeção de Lasix em mim. Falou para mim que eu estava com pressão alta e com 1 cm e meio de dilatação. Falou para eu voltar para meu médico na segunda-feira. Voltei na segunda-feira pela manhã, às 7 horas. Dr. Sérgio me examinou, apertou muito a barriga, escutou, me deu um papel e mandou eu vir em casa buscar as coisas para me internar. No papel estava escrito: feto negativo. Li no meio da rua; eu tremia e chorava. Fui buscar minha mãe, vim para casa, chorei, botei a mão na barriga e disse: "Ah, meu Deus! Meu filho está morto!" Depois pensava: "Não está morto, não!"

Quando cheguei lá, perguntei ao Dr. Sérgio se meu filho estava morto e ele disse que não, que eu me acalmasse. Ele me botou no soro, me fizeram lavagem. Fiquei no soro de 2ª feira até 3ª feira ao meio dia. Eu mesma tirei o soro porque não estava aguentando. Durante este tempo, o Dr. Odir disse que o neném estava morto; outro dizia que estava vivo. Eu ficava desesperada. Ninguém me dizia nada certo. Um dizia que estava morto, outro dizia que estava vivo. Tirei o soro; aí o Dr. Odir me examinou o local e me mandou para a Dra. França. Ouvi ela dizer: "Pode vir; rabuda é sempre comigo, seja o que Deus quiser". Ela me deu anestesia, cortou e tirou o neném a fórceps. Vi que ele era normal, tinha cabelo, sombrancelha, tudo. Falaram que ele morreu de insuficiência intrauterina placentária e que tinha 7 meses, 27 semanas.

Depois de 5 meses da morte do neném, fiquei esperando outro. Fui para o pré-natal na Casa de Saúde Santo Antônio no centro de Caxias. O médico pediu exame de urina e sangue. Conteí tudo que se passou no primeiro e ele disse que estava tudo bem. Fiquei fazendo pré-natal e tudo estava normal até os oito meses. Ele fazia todos os exames, media, escutava o neném, me pesava. Um dia, quando fez oito meses, eu não senti o bebê mexer e fui procurá-lo. Eu falei que queria cesariana por causa do primeiro e ele cobrou Cr\$ 300 mil. Fui em outro lugar onde ele trabalhava e ele ouviu o bebê com amplificador e estava tudo bem. Fiquei toda contente. No final do oitavo mês ele me marcou para ir duas vezes por semana, às 2^{as} e 4^{as}.

A data prevista para o parto era final de outubro e quando fui lá no dia 22 de outubro, o Dr. Luis Celso escutou o neném e chamou o Dr. Galvão. O Dr. Galvão escutou o neném e aconselhou bater a ultrassonografia. Fui marcar, vim buscar o dinheiro e fui fazer o ultrassom. Dr. Cristiano da Semicol disse que tinha que operar com urgência!

Fui com meu marido, mostrei o ultrassom ao Dr. Luis Celso e disse que o Dr. Cristiano havia dito para operar com urgência. O Dr. Luis Celso ligou para ele e perguntou se não podia bater outra ultrassonografia. Acho que ele disse que não, que operasse logo... porque o Dr. Luis Celso bateu o telefone e me disse para na 4^a feira fazer um exame do coração do bebê na Santa Casa, no Rio. Eu vim embora e fui ao Dr. Oscar, médico particular. Quando mostrei a ultrassonografia para ele, ele me examinou e disse que tinha que operar urgente. Como era noite, ele disse que era difícil achar o colega dele para pedir que me operasse. Esse médico, que era amigo dele, no outro dia de manhã cedo me operou. Ele disse que, se demorasse mais um pouco, o neném tinha morrido. Nasceu com 2kg300g; o cordão estava ressecado e havia pouca água.

depoimento de J.M.S. sobre atendimento na Casa de Saúde Saracuruna e Casa de Saúde Santo Antônio.

Fiz meu pré-natal todo na Casa de Saúde e Maternidade Santo Antonio. No dia 22 de junho, mais ou menos, às 23 horas, comecei a sentir contrações. Fiquei em casa até às 6 horas do domingo, dia 23 de junho e fui para a Santo Antônio; cheguei lá às 7 horas e fui para a enfermaria. Fiquei lá tendo as contrações. O médico me fez um toque e disse que ia demorar um pouco. Lá pelas 9 horas, me deu outro toque;

quase 10 horas ele me deu outro toque e me mandou para a sala de parto. Aí na sala de parto, o bebê nasceu logo, fiz umas duas forças e ele nasceu bem. Mas eu comecei a perder muito sangue, minha pressão baixou, fiquei totalmente sem força. Eu pensava e via, mas não falava. Eu escutava o médico dizendo assim: "Se você sentir tonteira, você me avisa". Aí eu fiquei pensando assim: "Ué, o que está acontecendo?" Ainda tive força de perguntar: "Tá acontecendo alguma coisa?" Mas ele disse: "Não, não... só se você sentir tonteira me avise". Aí eu senti a tonteira, só que fiquei sem força de falar. Aí ele mandou a enfermeira telefonar para a casa de um médico para ele vir urgente. Não foi achado o médico, então ele pediu para telefonar para Duque de Caxias para me transferir para lá urgente porque lá não tinha médico. Acho que ele era estudante porque se não fosse, não precisava ele dizer para a enfermeira conseguir um médico com urgência. Fui transferida para o Duque, em ambulância do Duque porque na Santo Antônio não tinha ambulância. Fui transferida às pressas com um negócio de tomar sangue e dois de soro. Chegando lá, me atendeu a Dra. Eliane; fiquei umas duas horas ela me fazendo 'não sei o quê' na sala de operação. O médico do Santo Antônio não me explicou o que eu tinha (tive), mas no Duque de Caxias, perguntei quando já estava na sala de repouso, o médico disse que não sabia explicar a razão por que tinha acontecido de eu ter uma rotura de colo de útero.

Apesar de ter acontecido isso, achei o Santo Antônio melhor que o Duque; fui bem atendida lá no Santo Antônio pelas enfermeiras e pelo que fez o parto (que eu acho que era estudante). A falha foi não ter médico e nem ambulância. Já no Duque tinha médicos, aparelhagem, mas quando a gente queria uma enfermeira, elas demoravam, passavam da hora de dar remédio, de fazer curativo; achei o atendimento pior.

depoimento de E.N.T., sobre atendimento em junho de 1985 na Casa de Saúde e Maternidade Santo Antônio.

Eu fiz o pré-natal na Casa de Saúde de Saracuruna. Aos sete meses eu comecei a sentir dores. Fui ao médico; então ele passou Dactil-08 e repouso. Três dias depois voltei ao médico, numa quinta-feira de manhã, pois as dores estavam muito fortes, estava também com um pouquinho de sangramento. Chegando na Casa de Saúde de Saracuruna — devia ser umas oito horas da manhã — a médica me examinou e disse que eu estava com dois de dilatação, que eu teria que ficar internada e que me colocassem no soro porque iriam tentar segurar o bebê. Quando eu

cheguei, a criança estava mexendo; eu me lembro que ela ouviu o coração da criança. Me colocaram no soro e me deram uma injeção aplicada no soro; mas mesmo assim, as dores não passaram.

Quando foi sexta-feira à tarde, pedi ao meu marido que se comunicasse com o meu médico. Ele chegou à noite pois tinha uma cesariana para fazer. Ele então escutou a criança e disse ao meu marido que a criança tinha morrido; quando foi de madrugada o meu filho nasceu.

Quando cheguei na Casa de Saúde só ouviram o neném uma vez... só quando dei entrada, depois só na sexta-feira à tarde, quando meu médico chegou foi que ele escutou o neném, mas já estava morto.

depoimento de E.L.O. sobre atendimento na Casa de Saúde de Saracuruna.

Meu problema atual que é estar com um buraco na vagina por onde passam fezes, foi consequência do atendimento que tive no meu quinto parto, na Casa de Saúde Jardim Primavera.

Meu parto foi assim: fui para lá no dia 6 de setembro de 1984, às 19 horas, porque estava sentindo dores, contrações. Fui atendida pelo Dr. Robinson. Ele disse que eu já estava com dilatação e que era para eu ficar, que o menino ia nascer naquele dia. Aí, fiquei. Ele me colocou no soro, depois me aplicou uma injeção. Depois da injeção começou a me dar contrações fortes. Ele me fez toque e disse que estava com 4cm de dilatação e que ia furar a bolsa d'água; eu não queria deixar. Falei com ele que já tinha tido quatro filhos e nunca os médicos tinham furado a bolsa com 4cm de dilatação, que eles sempre furaram quase na hora da criança nascer. Aí ele falou que furando a bolsa, o parto ia ser mais rápido, que era para eu deixar. Aí deixei. Depois que ele furou, as dores aumentaram e aí quando foi 2:50 da manhã, ele me levou para a sala de parto. Quando cheguei na sala de parto, senti uma dor muito forte, cheguei a abaixar no chão. Quando eu me levantei e eles me colocaram na mesa, a dor acabou totalmente e eu não sentia dores para o neném nascer. Eles mandavam eu fazer força, eu fazia, mas não era aquela força de quando eu ia ter os outros. Então a enfermeira subiu em cima de minha barriga e o médico pegou e me enfiou a mão e começou a fazer aquela força para o neném nascer, e ele não nascia de jeito nenhum. Aí quando foi 3 da manhã, de tanto o médico fazer força e a enfermeira subir em cima de mim, o neném nasceu.

Nos outros partos eu sentia quando eles cortavam com bisturi. Deste não, eu senti que ele rasgava, assim, com a mão. Depois ele me costurou, eu senti muita dor, tanta que eu não podia nem me virar na cama. Foi embora para casa no dia seguinte e comecei a usar os remédios que eles passaram para os pontos, só que os pontos começaram a inflamar, inflamar, inflamar e começaram a cair. Aí voltei na Casa de Saúde. Quem me atendeu foi o Dr. Maia com quem eu tinha feito o pré-natal. Ele falou que os pontos não tinham segurado e que eu tinha que fazer nova sutura. Aí marquei com ele para o sábado seguinte, porque teria que me dar um remédio para desinflamar e eu voltar. Voltei dali a 15 dias e o próprio Dr. Robinson fez outra vez a sutura. Me disse que ia costurar com outro tipo de linha para ver se segurava. Ele deu os pontos e me mandou embora para casa. Só que a mesma coisa começou a acontecer: saía fezes pela vagina, tinha que ficar limpando aquilo e começou a abrir tudo de novo. Voltei lá porque tinha dito que eu teria que tirar aquela linha, que era linha que costurava operação. Então fui lá tirar. Quem me atendeu foi o Dr. Maia. Falei para ele: "Estou sentindo que está tudo aberto, que não cicatrizou". Ele falou: "Não, tá ótimo, não tem nada aberto, não! Só que mais tarde você vai ter que fazer uma operaçãozinha de períneo, mas não tem problema não. Só que eu só faço períneo em quem já fez ligação de trompas. Você faz a ligação de trompas, depois vem aqui e marca, que nós fazemos o períneo. Mas agora, no momento, não. Isso aí está ótimo." Eu já tinha tido 4 filhos, em todos levei pontos e sabia que não estava legal. Aí procurei o curso no sub-posto de Saracuruna e me indicaram para procurar o Dr. Carlos, obstetra, no Hospital Municipal Duque de Caxias. Procurei este médico, contei tudo para ele. Ele olhou e achou os pontos ainda por dentro. E o Dr. Maia mesmo tinha dito que era para tirar aquela linha, mas não tirou. O Dr. Carlos é que tirou um pedaço enorme de linha de dentro de mim. Dr. Carlos falou para mim que não estava certo, que o certo era dar um ponto e um nó, depois outro ponto e outro nó e que o médico tinha chuleado; falou que eu teria que fazer duas operações para consertar o reto e o períneo. Me passou remédio e falou para depois que desinflamasse fazer a operação.

depoimento de E.T., atendida na Casa de Saúde Jardim Primavera,
em setembro de 1984.



Saúde em Caxias, cadê você?

Estes trágicos depoimentos nos ilustram uma verdade: durante muito tempo nos disseram que, nós mulheres, não sabíamos nada e que, por isso mesmo, devíamos ficar sempre de "boca calada". Mais do que nós, sabiam nossos pais, professores, médicos e maridos.

Com muita reflexão e muito trabalho, começamos a desvendar este mistério, e descobrimos a nossa fala e, com esta, a nossa força, para agir e para denunciar tudo aquilo que nos é imposto.

Mesmo sabedoras das deficiências médico-hospitalares, mesmo sabendo da falta de material e equipamentos, o que nos impressiona é a relação estabelecida entre médico e demais profissionais com os "pacientes" nestas clínicas. Uma relação de opressão, violência, pouco caso e irresponsabilidade.

O "Movimento Pró-Saúde", iniciado em Duque de Caxias, em 1981, já congregava profissionais de saúde, associações de moradores, pastoral de Saúde e alguns representantes do MUB — Movimento União de Bairros. Após o 1º Congresso do Movimento União dos Bairros, foi formada sua Comissão de Saúde que tem como objetivo encaminhar as reivindicações das questões relativas à saúde, às autoridades. Desde então já se reivindicava, com urgência, um serviço de pré-natal nos sub-postos de saúde, conseqüência de inúmeras denúncias de falta de atendimento médico nas casas de saúde conveniadas com o INAMPS.

A história deste dossiê teve início em julho de 1984 no Sub-posto de Saracuruna, com um grupo de preparação de gestantes para o parto, promovido pelo Centro Comunitário de Duque de Caxias, do Instituto Metodista de Ação Social, e pela Associação de Moradores de Saracuruna, através de suas agentes de saúde. Em reuniões semanais, as gestantes debatem com uma psicóloga, uma enfermeira e três agentes de saúde, a saúde física e mental da mãe e do filho na gestação, parto e pós-parto, sempre com a idéia de que a saúde está condicionada pela situação de trabalho, alimentação, moradia e hábitos da população.

No decorrer do grupo, foram feitos numerosos relatos de maus atendimentos, por parte das clínicas conveniadas com o INAMPS, tanto no pré-natal quanto no parto e pós-parto. A idéia de documentar estes relatos só surgiu após um ano de existência do grupo, isto

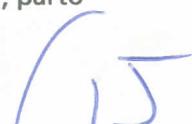
significando que muitos casos não foram registrados.

Em dezembro de 1985, aconteceu o 1º Encontro Popular pela Saúde de Duque de Caxias, promovido pelo Conselho Comunitário de Saúde (criado em setembro de 1985), e Movimento de União de Bairros (MUB), cujo tema central para discussão foi a fiscalização das Unidades de Saúde. Este encontro contou com a presença de autoridades do sistema de saúde, tanto do governo municipal, como estadual e federal, além de representantes de sindicatos (farmácia, previdenciários, médicos) e associações de moradores. Várias denúncias foram feitas em relação à precariedade do atendimento, tendo o seu fluxo desviado da atividade pública para a privada. E o péssimo serviço de maternidade, prestado pelas clínicas conveniadas do INAMPS, gerou a idéia do I Encontro de Saúde da Mulher em Caxias, o que veio acontecer em 16 de março de 1986: Encontro FALA MULHER. E a mulher falou, denunciou, propôs e exigiu direitos. Mostrou que ser dona do seu próprio corpo, exigir cuidados, tratamentos dignos, são direitos que precisam ser conquistados. Nesta luta estamos solidárias, somos amigas.

Na plenária final do Encontro foi aprovada a proposta de ser elaborada a análise dos casos pela Comissão de Mulheres do MUB e de encaminhá-las ao Conselho Comunitário de Saúde de Duque de Caxias e às autoridades municipais, estaduais e federais. Dessa análise, foi constatado:

- negligência no atendimento pré-natal: não são feitos os exames clínicos e laboratoriais mínimos necessários, bem como não são respondidos objetivamente os esclarecimentos necessários e dada ou recomendada a vacina anti-tetânica.
- negligência médica: ausência de atendimento e de exame necessários durante a internação, em dia de semana em horário diurno, mesmo estando o médico presente na casa de saúde.
- imperícia e negligência médica.
- ausência de médico em sábados, domingos e feriados, sendo o atendimento feito por acadêmicos.
- maus tratos físicos e psicológicos à gestantes e parturientes.
- indução de parto como rotina, sem indicação clínica, causando problemas para a mãe e o feto e, até mortes.

Casos semelhantes ocorrem diariamente e a população em geral, especialmente as mulheres de Duque de Caxias, reivindicam as seguintes medidas:

- Uso obrigatório de crachá com nome e número de registro na Instituição (Hospital, Casa de Saúde, Posto etc.), por médicos, enfermeiras e demais profissionais.
 - Atendimento pré-natal em postos e sub-postos de saúde, incluindo encaminhamento dos exames de laboratório do pré-natal e encaminhamento da gestante para hospitais públicos ou conveniados, que tenham reais condições de bom atendimento ao parto.
 - Treinamento, em técnicas de coordenação de grupo e de debates com gestantes, para enfermeiras, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde e auxiliares de serviços hospitalares, assistentes sociais, psicólogas, médicos, onde for possível.
 - Realização de grupos de debates com gestantes em hospitais, postos, sub-postos, sob a coordenação de profissionais preparados para promover a Saúde.
 - Elaboração e distribuição em hospitais, postos e sub-postos, de uma cartilha contendo esclarecimentos sobre a gestação, o atendimento pré-natal, o parto e o puerpério, os cuidados com o bebê, a amamentação, que permitam à gestante, destruir mitos e tabus e também ter uma base para exigir dos médicos e profissionais de saúde, os exames e atendimento necessários.
 - Fiscalização rigorosa das casas de saúde e maternidades conveniadas com o INAMPS e dos hospitais públicos, particularmente quanto aos seguintes pontos:
 - a) Existência de plantão permanente de médico obstetra e anestesista – inclusive noites, sábados, domingos e feriados;
 - b) Término da prática de indução de parto sistemática e sem indicação clínica;
 - c) Existência de reserva de sangue;
 - d) Boa qualidade técnica e humana no atendimento ao pré-natal, parto e pós-parto;
 - e) Realização do exame para pesquisar fenil-cetonúria no recém-nascido, obrigatório por lei;
- 

f) Investigação e tomada das medidas cabíveis em relação aos casos relatados."

Este histórico e os depoimentos constam do documento "Sobre o Atendimento à Gestante e Parturientes nas Clínicas Conveniadas ao INAMPS", assinado por: Comissão de Mulheres do MUB, Comissão de Saúde do MUB, Diretoria do MUB, Centro Comunitário de Duque de Caxias, Associação de Moradores de Jardim Primavera, Conselho Comunitário de Saúde, Associação de Moradores de Saracuruna.



Às Mulheres!

Mulheres, a ação de cada uma de nós é fundamental. Publicamos aqui a Resolução 123 do INAMPS, que institui uma POLÍTICA de atenção à mulher. Façamos dela um instrumento de debate, de exigência de bons serviços e de apuração de nossas denúncias.

No dia 27 de maio de 1986, o presidente do INAMPS, Dr. Ézio de Albuquerque Cordeiro, "RESOLVEU INCORPORAR À POLÍTICA DO INAMPS, AÇÕES DE SAÚDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICIDADES DA MULHER, EM TODAS AS FASES DE SUA VIDA, EM TODOS OS NÍVEIS INSTITUCIONAIS, DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA INSTITUIÇÃO, ATÉ OS CONTRATADOS E CONVENIADOS COM TERCEIROS".

Essa Resolução 123 do INAMPS representa uma medida importantíssima mas, *é na prática que queremos ter assistência, troca de experiência como forma de aprender, informações completas, tratamento de qualidade e atenção integral.* É na prática dos serviços de Hospitais Maternidades e Postos de Atendimento que queremos essa política implantada. É na prática dos trabalhadores de saúde, na sua

h

relação com cada mulher, desde o vigilante até o médico mais famoso do mundo, que queremos ver essa política implantada.

RESOLUÇÃO INAMPS Nº 123, DE 27 DE MAIO DE 1986.

*ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER.

*FUNDAMENTOS LEGAIS:

- * Decreto nº 89.460/84 — ratifica Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.
- * Lei nº 7.353/85 — CNDM.
- * Resolução CIPLAN 7/84 — AIS
- * Resolução CIPLAN 14/84 — AIS
- * Portaria nº 344/83 — MS — PAISM
- * Portaria nº 3.660/86 — MPAS — Planejamento Familiar

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 81, inciso II, do Regimento Interno do INAMPS, aprovado pela Portaria MPAS 1.113/79 e,

CONSIDERANDO o disposto na Convenção da ONU sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, conforme artigos 10, 11, 12, 14 e 16 — todos relativos aos aspectos de saúde;

CONSIDERANDO a expansão das experiências que vêm sendo realizadas no campo da reprodução humana, especialmente no corpo das mulheres, exigências essas muitas vezes contrárias aos princípios básicos contidos nas diretrizes internacionais propostas sobre pesquisa biomédica em seres humanos — expressos na declaração de HELSINQUE;

CONSIDERANDO que a essência de uma atenção pré-natal e peri-natal adequada contribui de forma importante para o elevado índice de mortalidade materna e neonatal ainda registrado no País, coexistindo com patologias de significativa incidência, como as doenças sexualmente transmissíveis, o câncer, patologias fetais congênitas, entre outras;

CONSIDERANDO que a ausência de cuidados básicos à saúde, a baixa efetividade das ações de prevenção e diagnóstico precoce, a ausência de acompanhamento pré-natal e peri-natal tem contribuído para o agravamento das condições de saúde da mulher, gerando uma distorcida utilização de leitos obstétricos e ginecológicos;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver no seio das AÇÕES INTEGRADAS DE SAÚDE uma política que atenda às especificações das mulheres, garantindo a integralidade e qualidade da assistência prestada, em todos os níveis;

CONSIDERANDO que o conjunto das funções socialmente atribuídas à mulher, que associa o exercício da maternidade, os serviços domésticos, a educação das crianças, às atividades profissionais e os casos de exposição à violências psíquicas, sexuais e físicas contribuem significativamente para o aumento dos riscos à saúde;

CONSIDERANDO que a mulher rural tem esses problemas agravados pelas condições específicas de trabalho, pela precariedade de assistência à saúde e pela insuficiência de cobertura previdenciária;

CONSIDERANDO a necessidade de a mulher conhecer profundamente sua fisiologia no sentido de exercer total controle sobre seu corpo, podendo identificar os agravos que recaem sobre ela, desde a infância até a terceira idade;

CONSIDERANDO que a atenção pré-natal e peri-natal deve ser exercida com a participação ativa da mulher, em todas as etapas do ciclo gestacional e sob a ótica das características sociais, culturais e psicológicas;

CONSIDERANDO como direito da pessoa e do casal regular sua própria fertilidade, sendo dever do Estado garantir a orientação e os meios que permitam aos cidadãos recorrerem livre, consciente e responsabilmente ao processo de regulação da função reprodutora;

CONSIDERANDO finalmente, a dinâmica dos movimentos sociais organizados e dentre eles, o das mulheres na defesa de seus direitos de cidadania e a necessidade de ser plenamente garantida sua participação no planejamento da política de atenção à saúde da mulher;

RESOLVE:

1. Incorporar à política do INAMPS, ações de saúde que atendam às especificidades da mulher, em todas as fases de sua vida, em todos os níveis institucionais, dos serviços próprios da Instituição, até os contratados e conveniados com terceiros.

2. Determinar às Superintendências Regionais do INAMPS:

a) que façam cumprir as disposições dos Códigos de Regulamentação Internacional e Nacional, na área de pesquisa biomédica em seres humanos, especialmente no que diz respeito às tecnologias conceptivas e anticonceptivas testadas, aplicando as penalidades previstas em lei àqueles grupos e/ou instituições que desobedeçam a essas determinações;

b) que elaborem diagnóstico dos cuidados oferecidos à mulher visando implantar e consolidar, nos órgãos locais, ações de cuidado integral que respeitem as especificidades da mulher, nas diferentes etapas da sua vida;

c) que orientem as equipes de saúde no sentido de considerar no conjunto das ações desenvolvidas ou através de levantamento sobre morbi-mortalidade, os riscos a que estão expostas as mulheres, sejam oriundos das complicações do processo produtivo, do trabalho doméstico, do exercício da maternidade ou da exposição a quaisquer violências, do uso inadequado de contraceptivos ou da prática do aborto, tendo em vista assegurar a resolutividade do atendimento na sua abrangência médico-social;

d) que a implementação da política de cuidado da saúde da mulher considere os princípios de equalização urbano-rural, garantindo à mulher rural pleno acesso ao conjunto das ações programadas;

e) que as equipes de saúde promovam a integração da mulher e do casal como participantes ativos das ações executadas, no âmbito dos cuidados pré-natais e peri-natais, respeitando suas características sociais, culturais e psicológicas;

f) que através de serviços de Clínica Médica e de Geneco-Obstetrícia orientem, sobre os métodos conceptivos e anticonceptivos, adequados a um planejamento familiar, dando preferência aos métodos naturais, respeitando a liberdade de opção da mulher e do casal, garantindo rigoroso acompanhamento clínico no caso da escolha de outros métodos. A prescrição dos métodos conceptivos e anticonceptivos químicos e mecânicos, com exclusão dos meios anti-éticos, só poderá ocorrer após criteriosa avaliação clínica e com pleno conhecimento dos riscos, vantagens e desvantagens pelos usuários. Devem ser adotados apenas

aqueles devidamente testados e comprovadamente inócuos à saúde. Será preservada a plena integridade dos conteúdos técnicos e éticos dos métodos naturais.

g) que promovam atividades de treinamento e reciclagem de recursos humanos, visando a adequação da equipe de saúde às ações programadas, considerando os aspectos específicos da mulher.

Determinar às instâncias competentes da Direção Geral:

a) que elaborem material informativo, que servirá como instrumento de trabalho, sobre aspectos da fisiologia feminina, em todo o seu ciclo biológico, bem como sobre os principais eventos, agravos e cuidados específicos, atendendo as necessidades biológicas, psíquicas e culturais da mulher;

b) que promovam o levantamento dos medicamentos necessários ao conjunto das atividades programadas, para viabilizar, junto a CEME, o fornecimento e distribuição dos mesmos.

Determinar finalmente às instâncias competentes da Direção Geral e Superintendências Regionais que compatibilizem a política de atenção à saúde da mulher com os projetos constantes no Plano de Trabalho do INAMPS e com o disposto no Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde.

Assegurar a participação de representantes de entidades de mulheres, sindicais e comunitárias, bem como de entidades familiares e de profissionais de saúde, inclusive de orientação religiosa no processo de planejamento, implantação, acompanhamento e fiscalização da política ora proposta.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, cabendo aos Secretários de Medicina Social, Planejamento e Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixarem atos complementares para viabilização de seu cumprimento.



*O que fazer
com aquelas clínicas
de Casias?*

- 1) O-INAMPS está ouvindo as mulheres;
- 2) o CRM está em fase de sindicância. Estamos acompanhando
- 3) a OAB acompanha;
- 4) a Comissão Especial dos Direitos da Reprodução continuará apertando o cerco no que lhe couber.

O Movimento Popular organizado de Caxias — MUB, Conselho Comunitário e Grupo de Mulheres do MUB pede a ENCAMPAÇÃO DAS CLÍNICAS PELO INAMPS.

E por que não?

Junto com o movimento de reorganização dos serviços de atenção à mulher, seria inaceitável que tais clínicas em Caxias (e tantas mais) continuem maltratando e produzindo males e até mortes em mulheres e bebês.

As mulheres em Caxias, trabalhadoras, contribuintes do INAMPS, não podem continuar a pagar por serviços médicos, com medo de passar por maus momentos e até morrer, nas clínicas conveniadas e num momento tão saudável de suas vidas. Algumas se endividam para pagar um médico particular sem poder exercer o direito de atendimento público. Um abuso que a administração do INAMPS pode eliminar e devolver à mulher o direito de viver em paz sua maternidade!

A Comissão dos Direitos da Reprodução da ALERJ apóia o Movimento. No âmbito de sua competência propôs ao governo do Estado, num ato legislativo, a criação de novos hospitais públicos e maternidades em Caxias com serviços organizados segundo uma Política de Atenção Integral à Mulher.



Programação Visual: Cecilia Leal

Impressão:

REPROARTE

Rua do Acre, 44 • Tel.: 263-4249 • Centro • Rio de Janeiro RJ

Fui vítima de uma
e agora posso ter
tido, quem sabe
possíveis vítimas e
idades competentes
fato não se repita
A minha gravidez,
era uma gravidez ge-
de 82 foi dado o dia
a minha placenta e
tando assim o qu-
para os bebês. A
nha e meu pré-